

No 1 - Abril / 2001

atr  um

Centro Cultural Justiça Federal



Justiça também é Cultura.

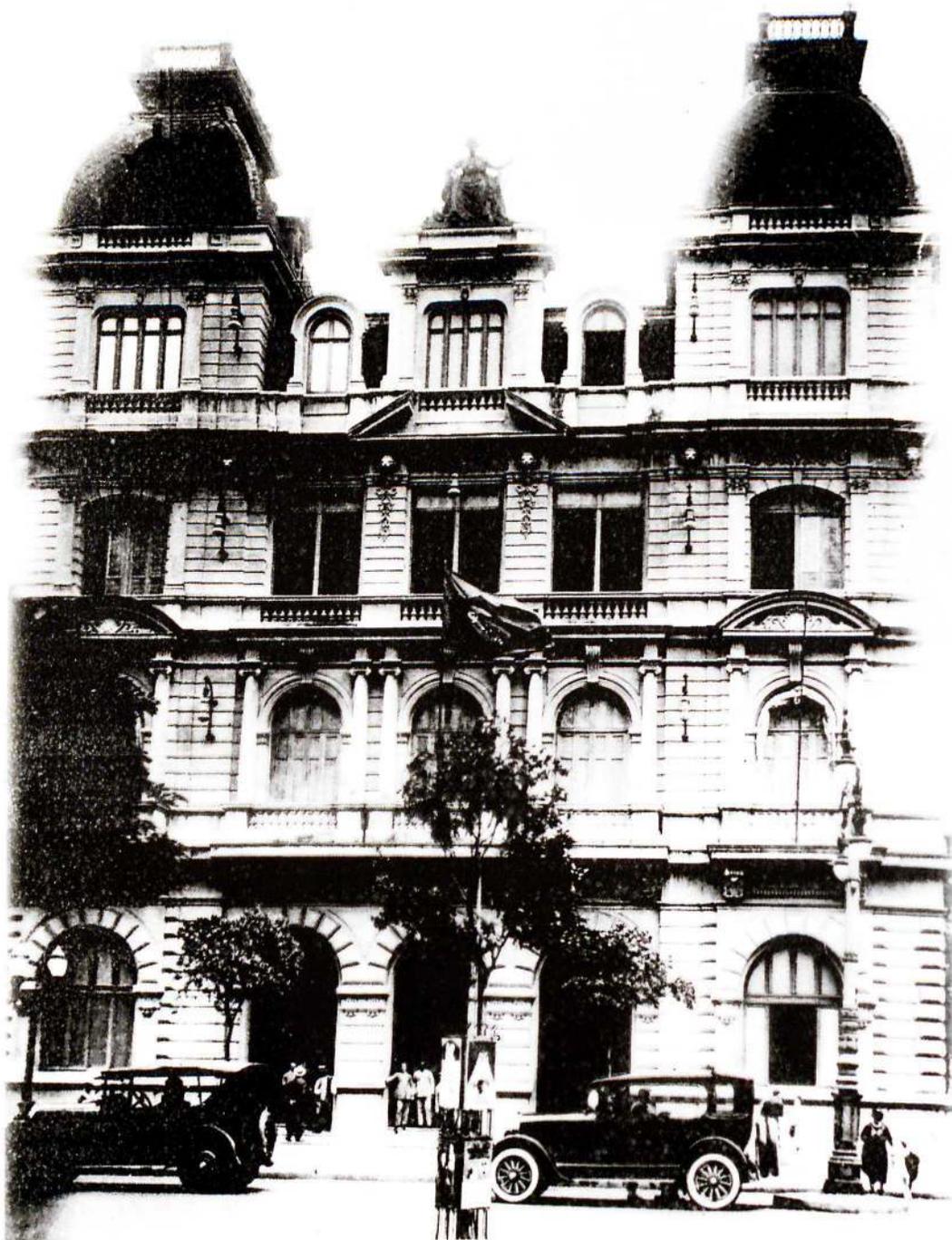


foto: Correio da Manhã



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Presidente

Desembargador Federal Alberto Nogueira

Vice-Presidente

Desembargador Federal Arnaldo Lima

Corregedor Geral

Desembargador Federal Frederico Gueiros

Diretor Geral

Dr. Luiz Carlos Carneiro da Paixão

CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL

Diretoria Executiva

Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer

Arquitetura e Preservação

Izabela Fraga

Apoio a Direção

Lucia Helena Fernandes

Administração

Francisco A.V. Cordeiro

Produção Cultural

João Coelho

Programação Visual

Ricardo Horta

atrium

Jornalista Responsável:

Cesar Augusto da Silva Gondim

Projeto Gráfico e Editoração

Ricardo Horta

Coordenação Editorial:

Cesar Augusto da Silva Gondim

João Coelho

Agradecimentos:

Alexandre Tinel Rapozo

Débora Cordeiro Costa

Eduardo Velázquez

José Carlos Barbosa

Kátia Bonilha

Leila Andrade de Souza

Luciana Pereira Lima

Marcelo Roimicher

Margareth da Luz

Marisa Assumpção

Sérgio Mendes Ferreira

Revisão:

Francisco A.V. Cordeiro

Roberta Bastos Cunha

Fotos:

Aparecida Santos

Acervo Louvre

Acervo Cultural do Museu do

Supremo Tribunal Federal

João Coelho

Marisa Assumpção

Museu da Imagem e do Som

Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer

Qualquer começo implica a existência de dois elementos completamente distintos, mas perfeitamente compatíveis: a excitação e o receio. Embora seja possível aquilatar as possibilidades que uma proposta inovadora descortina, há o entrave de ousar realizar algo completamente diferente dos moldes atualmente vigentes.

Implantar um centro cultural vinculado a um Órgão de Poder assume contornos quixotescos, frente a tantos obstáculos que devem ser superados. Há dificuldades orçamentárias, de pessoal, de material, de viabilização, e, principalmente, em fazer outros acreditarem num projeto tão peculiar.

Nossa equipe, atualmente composta de oito pessoas, todas do quadro efetivo, aceitou a contenda e armou-se de disposição, coragem e idealismo para transformar a idéia do Centro Cultural Justiça Federal em realidade.

É difícil saber o que nos impele! Creio que o primeiro impulso advém do próprio prédio, que emana uma irresistível atração em todos os que o visitam, e conosco não é diferente. Suas portas entalhadas, os detalhes nas paredes e nos tetos, a majestosa escadaria que nos convida a galgar mais um lance, a belíssima sala de sessões, na qual foram decididas tantas questões cruciais à nossa sociedade, tudo serve

como fonte de inspiração e energia. Some-se a isto a perspectiva de tornar acessível ao indivíduo o papel vital que a Justiça exerce na formação e equilíbrio do Estado Democrático de Direito e teremos a fórmula para um coquetel de dinamismo e entusiasmo.

Entretanto, não há como deixar de perceber o risco de levantar um estandarte, de afastar padrões previamente estabelecidos e aceitos. Num momento em que o Poder Judiciário é menosprezado por certos segmentos da sociedade e desrespeitado pelos demais Poderes, atrevemo-nos a exaltar o cidadão e a explicar a esfera de atuação de um Poder Democrático, outorgando ao visitante o difícil encargo de julgar se conseguimos alcançar os ideais propostos.

O resultado da empreitada, só o futuro dirá! Porém, qualquer que seja a conclusão, não retirará o pioneirismo dos membros do TRF da 2ª Região que, em 1994, concordaram em restaurar um prédio histórico para convertê-lo em centro cultural, nem extrairá de nosso atual Presidente, Dr. Alberto Nogueira, o perfil de um homem empreendedor, que os pósteros hão de, eternamente, prestigiar.

O Centro Cultural, no decorrer deste ano, tomará corpo e esperamos que, muito em breve, possa atingir os objetivos enfocados. A todos os visitantes agradecemos a presença e

pedimos a colaboração para que atendem para a idéia como um todo, relevando as brechas que só serão preenchidas com o tempo.



DESEMBARGADOR ALBERTO NOGUEIRA

Em meio a múltiplos afazeres o Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Desembargador Alberto Nogueira, abriu a agenda para uma pequena conversa em que revela todo o seu entusiasmo e alegria com o funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal.

ATRÍUM - *Como o senhor vê a Justiça administrando um centro cultural? Que benefícios podem advir para a população carioca e para a própria Justiça?*

DR. ALBERTO - Bem, Cultura é algo bastante amplo: cultura jurídica, cidadania, política. Mas sobretudo Cidadania. Um centro cultural significa a presença da Justiça.

ATRÍUM - *Com tantos outros Centros Culturais no Rio de Janeiro, qual seria, a seu ver, a identidade mais própria para o CCJF?*

DR. ALBERTO - Bem, digamos assim, culturalmente falando, esse foi o primeiro prédio que inaugurou o Rio de hoje. O Rio de Pereira Passos. O Rio da atual Avenida Rio Branco. É o prédio mais antigo dessa era. Mais antigo do que o Teatro Municipal, do que a Biblioteca Nacional, do que o Palácio Pedro Ernesto. É o mais antigo. Nós chegamos primeiro.

ATRÍUM - *Quando daqui a, digamos, um ano o CCJF estiver em pleno funcionamento...*

DR. ALBERTO - Não, já está em funcionamento.

ATRÍUM - *Como o senhor vê a dinâmica de funcionamento do Centro Cultural? Que tipo de população seria o seu público-alvo?*

DR. ALBERTO - Em primeiro lugar, é na rua. Já está recebendo visitas. O prédio está aberto. Mas ele tem uma vocação,

evidentemente: divulgar sobretudo a Memória da Justiça, especialmente da Justiça Federal e a Memória Nacional. Foi o primeiro prédio da instituição da República. Instituição republicana, e, bem entendido, quando se fala em República, significa a coisa do povo. Saímos de um Império, de um Imperador, para uma civilização voltada para o povo. E coincidiu que ficou ali, num eixo que talvez seja o mais popular do Brasil: a Cinelândia. O CCJF já é um sucesso e nós vamos acolher todos os órgãos que integram o chamado "Corredor Cultural" do Rio.







E o Rio amanheceu mais lindo

A cidade do Rio de Janeiro amanheceu ainda mais linda e maravilhosa. Ela acaba de receber um presente: trata-se de uma pequena jóia de arquitetura que lhe é devolvida, completamente restaurada, após quase sete anos de minuciosos e delicados trabalhos.

Avenida Rio Branco 241, Cinelândia, coração da cidade. Esse é o endereço do Centro Cultural da Justiça Federal, CCJF, para os mais íntimos. Um novo espaço para a divulgação da arte, da cultura e de todas aquelas coisas que o espírito dos homens elabora em sua infinita busca do Belo e do Bom.

O dia quatro de abril desta primeira primavera do novo milênio, coroa o resultado da soma de esforços, iniciada em 1994, entre a Justiça Federal do Rio de Janeiro a Caixa Econômica Federal e o Instituto Herbert Levy. Hoje, todas as congratulações são merecidas, todos os sorrisos são justificados. É dia de festejar...

Quase na mesma data, há 92 anos atrás, num distante quatro de abril, em 1909, inaugurava-se aqui a sede definitiva do Supremo Tribunal Federal da República. O tempo pode ser mágico...

“ Avenida Rio Branco 241, Cinelândia, coração da cidade. Esse é o endereço do Centro Cultural Justiça Federal, CCJF, para os mais íntimos.”



Estátua da Justiça localizada no alto do prédio

Um Palácio para a cultura

Entrem, a casa é nossa!

Mas antes de entrar, vale a pena atravessar a Avenida Rio Branco, em direção à Cinelândia, voltar-se, olhar para cima e, assim, poder apreciar melhor toda a beleza e a imponência deste prédio. Digno representante do Ecletismo, embora em sua fachada predominem elementos do Renascimento Francês. No alto, a simetria das cúpulas fala da equidade e do equilíbrio. A poderosa estátua da Justiça, entre as duas cúpulas, demonstra, de imediato, a finalidade da majestosa construção: Na República recém-instaurada, o Poder Judiciário afirmava o seu papel altaneiro e soberano.

Ah! Mas entraram muito depressa! Vamos, então, dar meia-volta, sair devagarinho e entrar de novo. Reparem bem nas portas monumentais que estamos atravessando. Puro trabalho artesanal! Todas as três foram talhadas em madeira pelo artista português Manoel Ferreira Nunes. Ter visto algo semelhante na igreja da Candelária não terá sido mera coincidência...

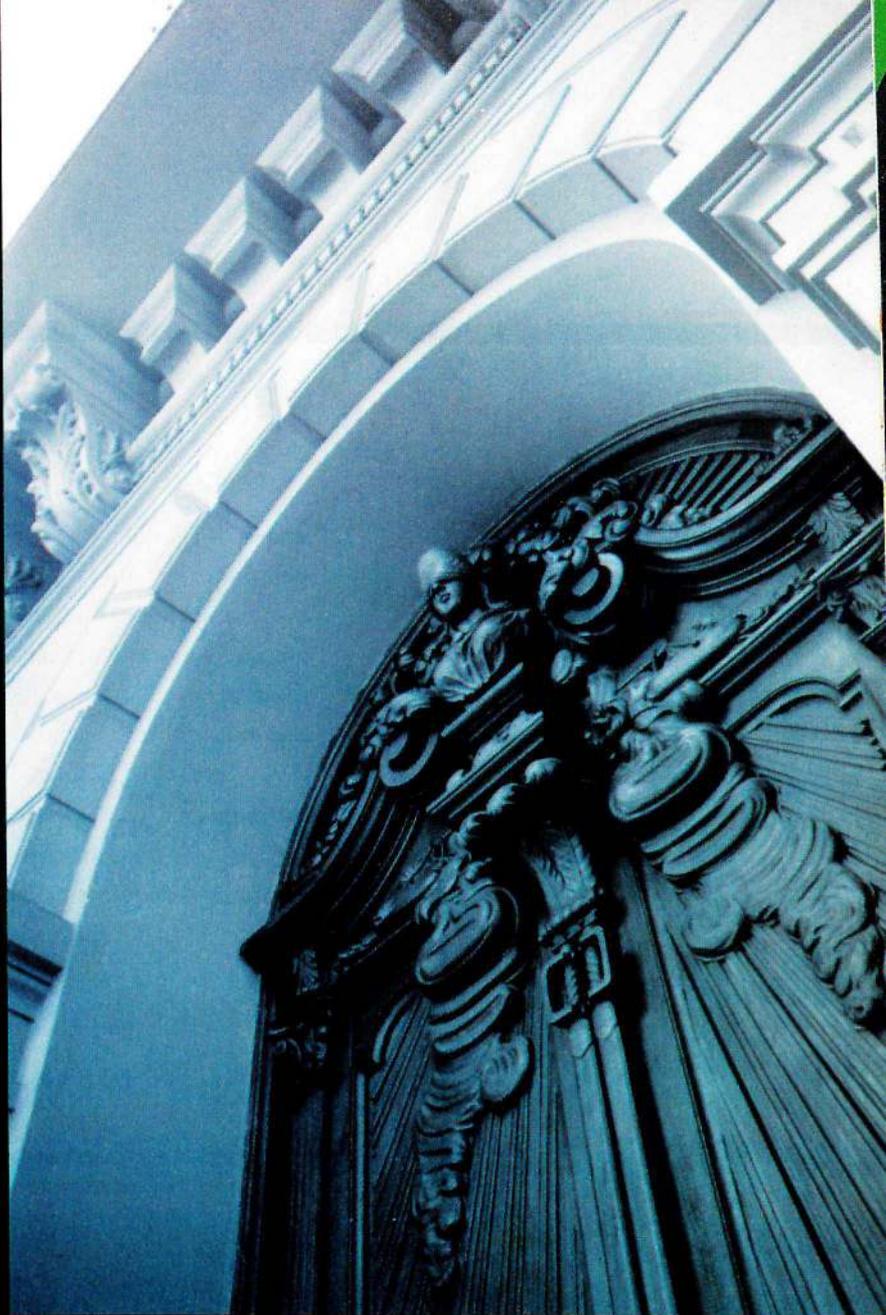
Aliás, a construção, vista em sua totalidade, ou observada em seus pequenos detalhes remete, todo o



tempo, à sua finalidade: sediar o órgão máximo de um dos três poderes da República recém-proclamada, o Supremo Tribunal Federal. A grandiosidade do prédio obedecia, portanto, aos cânones arquitetônicos da construção dos prédios públicos no início do século. Era necessário traduzir, inequivocamente, as suas funções.

Adolfo Morales de Los Rios, o arquiteto mais conceituado de sua época, justamente considerado por Lúcio Costa como "um mago" da arquitetura e do urbanismo, foi quem projetou e acompanhou todas as

“...Reparem bem nas portas monumentais que estamos atravessando. Puro trabalho artesanal!”



Porta de acesso principal ao CCJF



Figura esculpida na porta de acesso principal ao CCJF

Um Palácio para a cultura

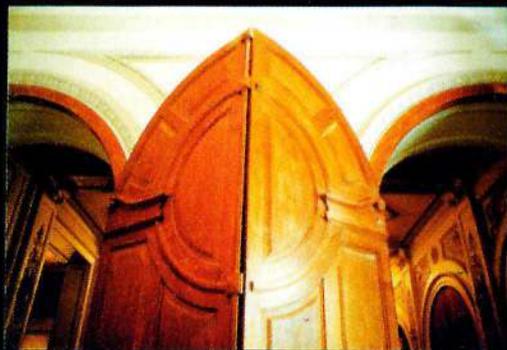
etapas da sua construção, bem como as primeiras modificações adaptativas sofridas pelo projeto original.

Examinemos, agora, calmamente, o Hall de entrada. Observando com atenção e minúcia os capitéis das colunas, os alto-relevos e as pinturas decorativas. Percebe-se que, em cada pequeno detalhe, a Justiça se faz presente. Sua múltipla simbologia ali pode ser percebida.

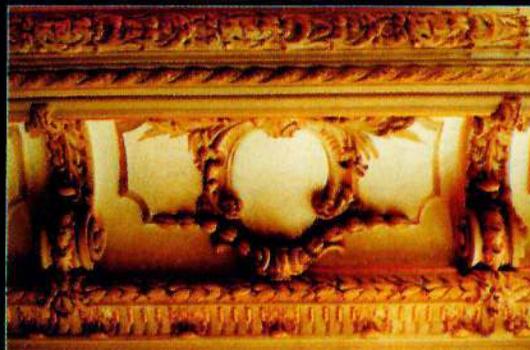
Subindo o primeiro lance da monumental escadaria original, toda ela em mármore de Carrara e ferro trabalhado, importado diretamente de Glasgow, na Escócia, deparamos-nos com um belíssimo vitral, representando a Justiça. A autoria do vitral é atribuída a Urban, o mesmo artista que assina os notáveis vitrais da Sala de Sessões, que veremos mais adiante. Mas Prossigamos. Afora o térreo e o subsolo, o Centro é formado por três andares destinados à coisas da Cultura!



Detalhes que demonstram a preocupação de traduzir a função do prédio público nas construções do início do século passado.



Portas localizadas no térreo do CCJF



Detalhe do Teto no Térreo do CCJF



**“ Percebe-se que,
em cada pequeno
detalhe, a Justiça
se faz presente.”**





Escada Principal
Vista do térreo



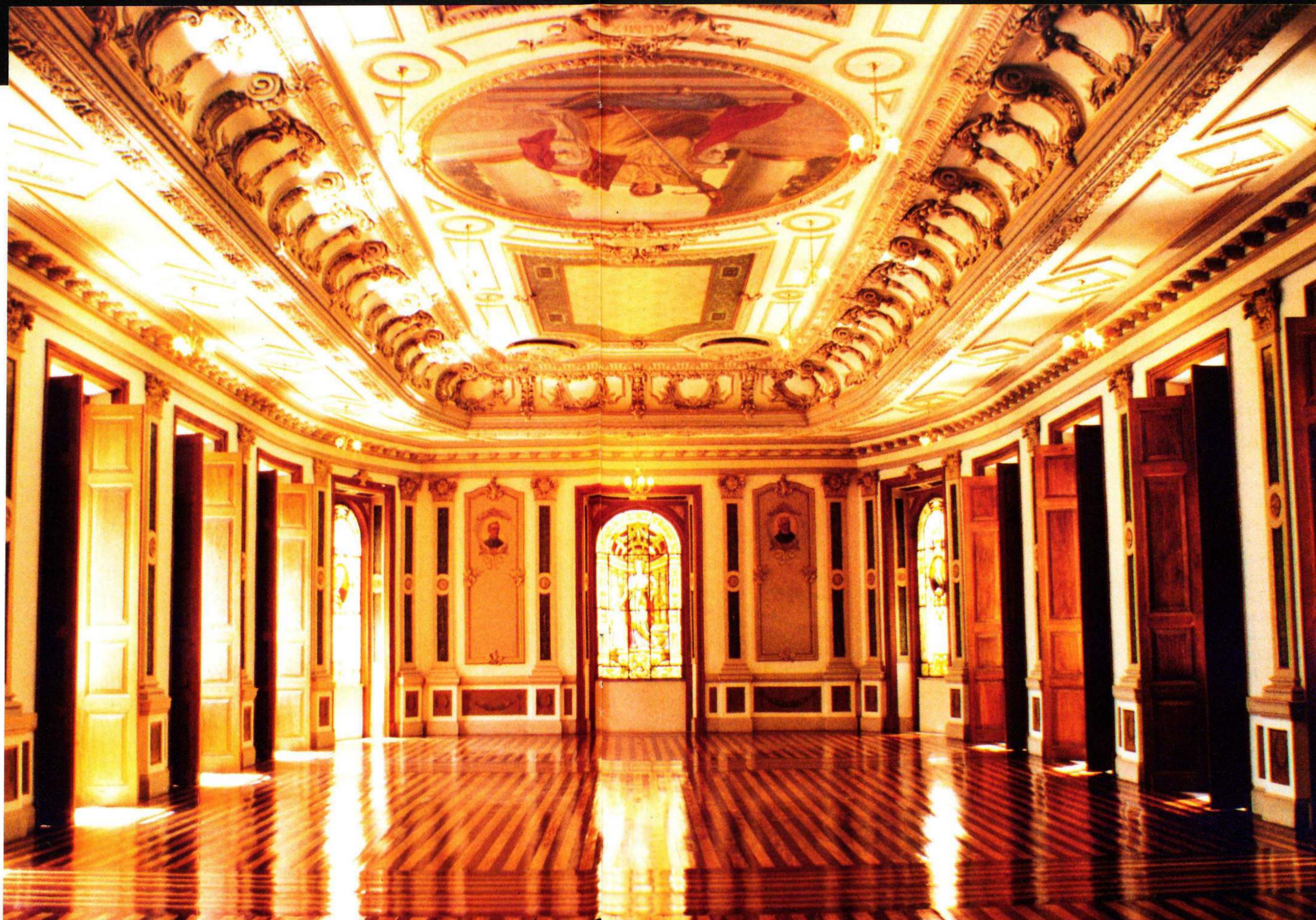
Detalhe do Teto
sala de sessões

**"Ah!, mas
por que
esperar?"**



**"Adentremos a
Sala de Sessões,
no primeiro
andar,
Alma Mater
do CCJF"**

“Dizem
ser
possível
escutar
reverbe-
rações
longínguas
dos
discursos
do
Conselheiro
Rui
Barbosa...”





Ah!, mas por que esperar? Adentremos a Sala de Sessões, no primeiro andar, *Alma Mater* do CCJF. A grandiosidade do ambiente, suas amplas dimensões de 24 metros de comprimento por 12 de largura, teto e paredes recobertos de detalhes em estuque e pinturas decorativas, chega mesmo a intimidar os menos avisados.

O assoalho original de Peroba e Pau Roxo fala de saraus machadianos... Porém, no silêncio absoluto, dizem ser possível escutar reverberações longínquas dos discursos do Conselheiro Rui Barbosa e acalorados debates dos ministros...

Mas, entremos. Caminhemos até o centro da sala e olhemos para o alto. Circulando um pouquinho poderemos admirar, em todos os seus ângulos, as belas pinturas de Rodolfo Amoedo plenamente restauradas.

Nas paredes laterais, eminentes juristas da alta Antiguidade e outros, de tempos mais recentes, recordam a perenidade do anseio dos homens pela Justiça. De forma bastante original, acha-se esta, retratada no grande vitral da parede frontal: sem a tradicional venda nos olhos. Aqui poderíamos passar todo o dia em justa admiração! Os dois andares acima abrem-se em salões amplos, com varandas para a Cinelândia e ruas laterais. Sua vastidão, beleza e luz clamam por abrigarem em seus espaços,

temporariamente disponíveis, a beleza e a arte, em todas as suas variadas formas e expressões. No segundo andar destaca-se uma interessante biblioteca. Suas estantes originais em ferro, totalmente restauradas, acompanham a altura e a forma do salão que a abriga.

Podemos aproveitar para descer usufruindo da comodidade de modernos elevadores. Dotados de tecnologia hidráulica, esses aparelhos não provocam vibrações deletérias ao prédio quase secular.

Mas ainda temos o que ver. No andar térreo, onde antes existia uma garagem, foi aberto um moderno cine-teatro de 150 lugares. Por trás do palco, uma escada em caracol leva ao subsolo, todo ele aproveitado para a instalação de camarins para os artistas. ■

*A casa
está
aberta.
Pertence
ao povo
brasileiro*



*Detalhe do Vitral da Justiça
na Sala de Sessões.*

Adolfo Morales de Los Rios

O arquiteto idealizador do prédio do CCJE, Adolpho Morales de Los Rios, foi o mais destacado profissional de seu tempo. Personalidade artística de múltiplas expressões, foi o profissional que teve o maior número de projetos aprovados no concurso internacional de fachadas, instituído pela prefeitura, para os edifícios que iriam ocupar a recém-aberta Avenida Central, em 1905.

De sua autoria é também o prédio que abriga o Museu Nacional de Belas Artes, o restaurante Assírios do Teatro Municipal e o Palácio Cardinalício de São Joaquim, na Glória. Infelizmente, das belíssimas construções da época, muito poucas resistiram à especulação imobiliária desenfreada das décadas de 60 e 70.

Espanhol de Sevilha, onde já possuía renome, graças à autoria do Cassino de San Sebastian, do Banco de España e do Grande Teatro Cadiz. Antes de vir ao Brasil, o arquiteto cursou por dois anos a Escola de Belas Artes de Paris, chegando ao Rio de Janeiro em 1889.

Seus trabalhos tiveram sempre a marca do Eclétismo, tão em voga na época. Ao morrer, em 1928, no Rio de Janeiro, deixou cerca de três mil projetos de arquitetura, inúmeras aquarelas, gravuras e esculturas, bem como monumentos e monografias sobre diversos temas.

Um Visionário

“foi um dos pioneiros do urbanismo no país, tendo, inclusive, realizado um plano arquitetônico para a cidade de Teresópolis...”



Morales de Los Rios foi um dos pioneiros do urbanismo no país, tendo, inclusive, realizado um plano arquitetônico para a cidade de

Teresópolis. Sua contribuição para a remodelação urbana do Rio de Janeiro na época do prefeito Pereira Passos foi marcante. ■

A proposta do Centro Cultural Justiça Federal

Descrita em uma só palavra, a proposta do Centro Cultural da Justiça Federal resume-se a um verbo: disponibilizar.

O processo inicia-se com a abertura do próprio prédio à visitação pública. Situado em zona cultural de relevo na Cidade do Rio de Janeiro e resultado de um estilo eclético que marcou a reurbanização procedida no início do século XX, a construção já traz em si uma parcela de importância. Aduz-se a isto o fato de ter sido a primeira sede própria da Suprema Corte e onde ficou instalada por mais tempo, ficando decisões que se protraíram no tempo até os dias de hoje.

Apenas por este primeiro momento, o projeto do CCJF já assume contornos democráticos, eis que estará acessível a todos a beleza e carisma de uma construção que só se pode ser descrita como encantadora.

Entretanto, não se almeja parar por aí. Com efeito, pretende-se tornar públicos os julgamentos que contribuíram para a formação da

Sociedade dos dias de hoje, demonstrando-se que as decisões judiciais refletem o pensamento de uma época e que suas consequências permanecem indelévels ao tempo, servindo muitas vezes como ponto de referência para mudanças que só serão percebidas quando analisadas *a posteriori*.

No bojo dos processos, há um manancial de informações e elementos iconográficos que possuem relevância a pesquisadores das mais diversas áreas, além de inúmeras curiosidades que certamente deleitarão o grande público.

As exposições permanentes têm como proposta básica descortinar todo o mecanismo necessário à existência de uma decisão judicial, numa linguagem de fácil entendimento para que a sociedade possa utilizar com maior eficiência um serviço colocado à sua disposição.

É muito comum que o Judiciário seja encarado como um órgão distante, inacessível à população em geral e insensível às necessidades sociais. Há



também uma certa confusão quanto ao que é justo e ao que é legal, integrando à mística popular que o Judiciário possui poderes onipotentes, além de ser do desconhecimento da maioria os limites da esfera de sua atuação.

O papel do Centro Cultural é, enfim, colocar à disposição do indivíduo todas as informações necessárias para que ele avalie com maior precisão as decisões tomadas pela Justiça. Mas não é só. Haverá, ainda, eventos voltados para a comunidade jurídica, que serão oferecidos pela Escola de Magistratura Federal - EMARF e pelo Centro de Estudos Judiciários - CEJ.

Porém, a proposta ainda vai além. Promover a brasilidade será uma tônica sempre presente, quer seja nas exposições temporárias, com realce para a fotografia, quer seja no teatro ou na sala de projeções. É preciso fazer justiça com a arte brasileira e divulgar inúmeras facetas de uma sociedade rica em idéias e expressões. Para isto, a partir de maio, será procedida a abertura de pauta para apresentação de propostas de exposições e eventos artísticos em geral a todos os interessados. Os projetos serão apreciados por comissão previamente designada para análise de sua compatibilidade com a tônica do CCJF.

Visto sob uma ótica espacial, o pavimento térreo é um espaço mais eclético. Logo na entrada, nas duas salas que ladeiam seu átrio, contaremos com um serviço de informações e com uma loja de souvenirs, presentes em praticamente todas as casas de cultura. Seguindo adiante, após a ampla escadaria, teremos um complexo que integra uma pequena livraria, a sala de projeção, o teatro e um bistrô, que conferirá charme e sabor ao Centro Cultural.

No primeiro pavimento, onde está localizada a sala de sessões, que dispensa qualquer comentário, há ainda quatro galerias para exposições e está prevista a instalação de um restaurante.

No segundo pavimento, numa seqüência em forma de U, cinco salas interligadas abrigarão exposição de maior porte. Mais ao fundo, uma biblioteca nos moldes antigos, com direito a passadiço e escadas, contará com obras raras de enfoque jurídico. Na ante-sala, uma moderna sala de consulta, com acesso à internet, além de uma sala tradicional para consultas. Num outro ambiente,

os processos de relevância histórica estarão disponíveis à pesquisa, quando solicitados.

No último pavimento, além de ser possível observar o trabalho secular pelos prismas de ventilação e da escadaria, pode-se atentar para a moderna execução de uma clarabóia, que confere proteção e claridade ao prédio. No seu entorno, há salas de representação das Cortes Superiores e também o ambiente reservado para a administração do Centro.

Percebe-se, desta forma, que o CCJF está à disposição de todos, quer seja para apresentações de projetos desenvolvidos pela sociedade, quer seja para conhecer o trabalho arquitetônico, para aquisição de informações, para visitação de exposições, para assistir a espetáculos artísticos, para consultas variadas, ou apenas para ser freqüentado nos mais diversos momentos e deliciar-se com iguarias gastronômicas.

O Centro Cultural, portanto, a Escola de Magistratura Federal, é de toda a



Vitral com a imagem de Justiniano

A proposta do Centro Cultural Justiça Federal

Descrita em uma só palavra, a proposta do Centro Cultural da Justiça Federal resume-se a um verbo: disponibilizar.

O processo inicia-se com a abertura do próprio prédio à visitação pública. Situado em zona cultural de relevo na Cidade do Rio de Janeiro e resultado de um estilo eclético que marcou a reurbanização procedida no início do século XX, a construção já traz em si uma parcela de importância. Aduz-se a isto o fato de ter sido a primeira sede própria da Suprema Corte e onde ficou instalada por mais tempo, ficando decisões que se protraíram no tempo até os dias de hoje.

Apenas por este primeiro momento, o projeto do CCJF já assume contornos democráticos, eis que estará acessível a todos a beleza e carisma de uma construção que só se pode ser descrita como encantadora.

Entretanto, não se almeja parar por aí. Com efeito, pretende-se tornar públicos os julgamentos que contribuíram para a formação da

Sociedade dos dias de hoje, demonstrando-se que as decisões judiciais refletem o pensamento de uma época e que suas consequências permanecem indelévels ao tempo, servindo muitas vezes como ponto de referência para mudanças que só serão percebidas quando analisadas *a posteriori*.

No bojo dos processos, há um manancial de informações e elementos iconográficos que possuem relevância a pesquisadores das mais diversas áreas, além de inúmeras curiosidades que certamente deleitarão o grande público.

As exposições permanentes têm como proposta básica descortinar todo o mecanismo necessário à existência de uma decisão judicial, numa linguagem de fácil entendimento para que a sociedade possa utilizar com maior eficiência um serviço colocado à sua disposição.

É muito comum que o Judiciário seja encarado como um órgão distante, inacessível à população em geral e insensível às necessidades sociais. Há



também uma certa confusão quanto ao que é justo e ao que é legal, integrando à mística popular que o Judiciário possui poderes onipotentes, além de ser do desconhecimento da maioria os limites da esfera de sua atuação.

O papel do Centro Cultural é, enfim, colocar à disposição do indivíduo todas as informações necessárias para que ele avalie com maior precisão as decisões tomadas pela Justiça. Mas não é só. Haverá, ainda, eventos voltados para a comunidade jurídica, que serão oferecidos pela Escola de Magistratura Federal - EMARF e pelo Centro de Estudos Judiciários - CEJ.

Porém, a proposta ainda vai além. Promover a brasilidade será uma tônica sempre presente, quer seja nas exposições temporárias, com realce para a fotografia, quer seja no teatro ou na sala de projeções. É preciso fazer justiça com a arte brasileira e divulgar inúmeras facetas de uma sociedade rica em idéias e expressões. Para isto, a partir de maio, será procedida a abertura de pauta para apresentação de propostas de exposições e eventos artísticos em geral a todos os interessados. Os projetos serão apreciados por comissão previamente designada para análise de sua compatibilidade com a tônica do CCJF.

Visto sob uma ótica espacial, o pavimento térreo é um espaço mais eclético. Logo na entrada, nas duas salas que ladeiam seu átrio, contaremos com um serviço de informações e com uma loja de souvenirs, presentes em praticamente todas as casas de cultura. Seguindo adiante, após a ampla escadaria, teremos um complexo que integra uma pequena livraria, a sala de projeção, o teatro e um bistrô, que conferirá charme e sabor ao Centro Cultural.

No primeiro pavimento, onde está localizada a sala de sessões, que dispensa qualquer comentário, há ainda quatro galerias para exposições e está prevista a instalação de um restaurante.

No segundo pavimento, numa seqüência em forma de U, cinco salas interligadas abrigarão exposição de maior porte. Mais ao fundo, uma biblioteca nos moldes antigos, com direito a passadiço e escadas, contará com obras raras de enfoque jurídico. Na ante-sala, uma moderna sala de consulta, com acesso à internet, além de uma sala tradicional para consultas. Num outro ambiente,

os processos de relevância histórica estarão disponíveis à pesquisa, quando solicitados.

No último pavimento, além de ser possível observar o trabalho secular pelos prismas de ventilação e da escadaria, pode-se atentar para a moderna execução de uma clarabóia, que confere proteção e claridade ao prédio. No seu entorno, há salas de representação das Cortes Superiores e também o ambiente reservado para a administração do Centro.

Percebe-se, desta forma, que o CCJF está à disposição de todos, quer seja para apresentações de projetos desenvolvidos pela sociedade, quer seja para conhecer o trabalho arquitetônico, para aquisição de informações, para visitação de exposições, para assistir a espetáculos artísticos, para consultas variadas, ou apenas para ser freqüentado nos mais diversos momentos e deliciar-se com iguarias gastronômicas.

O Centro Cultural, portanto, pertencente à Justiça Federal, é de toda a



Vital com a imagem de Justiniano

A proposta do Centro Cultural Justiça Federal

Descrita em uma só palavra, a proposta do Centro Cultural da Justiça Federal resume-se a um verbo: disponibilizar.

O processo inicia-se com a abertura do próprio prédio à visitação pública. Situado em zona cultural de relevo na Cidade do Rio de Janeiro e resultado de um estilo eclético que marcou a reurbanização procedida no início do século XX, a construção já traz em si uma parcela de importância. Aduz-se a isto o fato de ter sido a primeira sede própria da Suprema Corte e onde ficou instalada por mais tempo, ficando decisões que se protraíram no tempo até os dias de hoje.

Apenas por este primeiro momento, o projeto do CCJF já assume contornos democráticos, eis que estará acessível a todos a beleza e carisma de uma construção que só se pode ser descrita como encantadora.

Entretanto, não se almeja parar por aí. Com efeito, pretende-se tornar públicos os julgamentos que contribuíram para a formação da

Sociedade dos dias de hoje, demonstrando-se que as decisões judiciais refletem o pensamento de uma época e que suas conseqüências permanecem indelévels ao tempo, servindo muitas vezes como ponto de referência para mudanças que só serão percebidas quando analisadas *a posteriori*.

No bojo dos processos, há um manancial de informações e elementos iconográficos que possuem relevância a pesquisadores das mais diversas áreas, além de inúmeras curiosidades que certamente deleitarão o grande público.

As exposições permanentes têm como proposta básica descortinar todo o mecanismo necessário à existência de uma decisão judicial, numa linguagem de fácil entendimento para que a sociedade possa utilizar com maior eficiência um serviço colocado à sua disposição.

É muito comum que o Judiciário seja encarado como um órgão distante, inacessível à população em geral e insensível às necessidades sociais. Há



também uma certa confusão quanto ao que é justo e ao que é legal, integrando à mística popular que o Judiciário possui poderes onipotentes, além de ser do desconhecimento da maioria os limites da esfera de sua atuação.

O papel do Centro Cultural é, enfim, colocar à disposição do indivíduo todas as informações necessárias para que ele avalie com maior precisão as decisões tomadas pela Justiça. Mas não é só. Haverá, ainda, eventos voltados para a comunidade jurídica, que serão oferecidos pela Escola de Magistratura Federal - EMARF e pelo Centro de Estudos Judiciários - CEJ.

Porém, a proposta ainda vai além. Promover a brasilidade será uma tônica sempre presente, quer seja nas exposições temporárias, com realce para a fotografia, quer seja no teatro ou na sala de projeções. É preciso fazer justiça com a arte brasileira e divulgar inúmeras facetas de uma sociedade rica em idéias e expressões. Para isto, a partir de maio, será procedida a abertura de pauta para apresentação de propostas de exposições e eventos artísticos em geral a todos os interessados. Os projetos serão apreciados por comissão previamente designada para análise de sua compatibilidade com a tônica do CCJF.

Visto sob uma ótica espacial, o pavimento térreo é um espaço mais eclético. Logo na entrada, nas duas salas que ladeiam seu átrio, contaremos com um serviço de informações e com uma loja de souvenirs, presentes em praticamente todas as casas de cultura. Seguindo adiante, após a ampla escadaria, teremos um complexo que integra uma pequena livraria, a sala de projeção, o teatro e um bistrô, que conferirá charme e sabor ao Centro Cultural.

No primeiro pavimento, onde está localizada a sala de sessões, que dispensa qualquer comentário, há ainda quatro galerias para exposições e está prevista a instalação de um restaurante.

No segundo pavimento, numa seqüência em forma de U, cinco salas interligadas abrigarão exposição de maior porte. Mais ao fundo, uma biblioteca nos moldes antigos, com direito a passadiço e escadas, contará com obras raras de enfoque jurídico. Na ante-sala, uma moderna sala de consulta, com acesso à internet, além de uma sala tradicional para consultas. Num outro ambiente,

os processos de relevância histórica estarão disponíveis à pesquisa, quando solicitados.

No último pavimento, além de ser possível observar o trabalho secular pelos prismas de ventilação e da escadaria, pode-se atentar para a moderna execução de uma clarabóia, que confere proteção e claridade ao prédio. No seu entorno, há salas de representação das Cortes Superiores e também o ambiente reservado para a administração do Centro.

Percebe-se, desta forma, que o CCJF está à disposição de todos, quer seja para apresentações de projetos desenvolvidos pela sociedade, quer seja para conhecer o trabalho arquitetônico, para aquisição de informações, para visitação de exposições, para assistir a espetáculos artísticos, para consultas variadas, ou apenas para ser freqüentado nos mais diversos momentos e deliciar-se com iguarias gastronômicas.

O Centro Cultural, portanto, a Escola de Magistratura Federal, é de toda a



Vitral com a imagem de Justiniano



“Para durar mais cem anos”



Restauração da nobre estátua da Justiça.

Os olhos brilham emocionados, quando Mariza Assumpção e José Carlos Barbosa relembram de quando iniciaram os trabalhos de restauração do Centro Cultural, em 1994. Eles são, respectivamente, a arquiteta e o engenheiro responsáveis pelo trabalho que já é considerado como a mais profunda e completa obra de reforma e restauração jamais levada a cabo na América Latina.

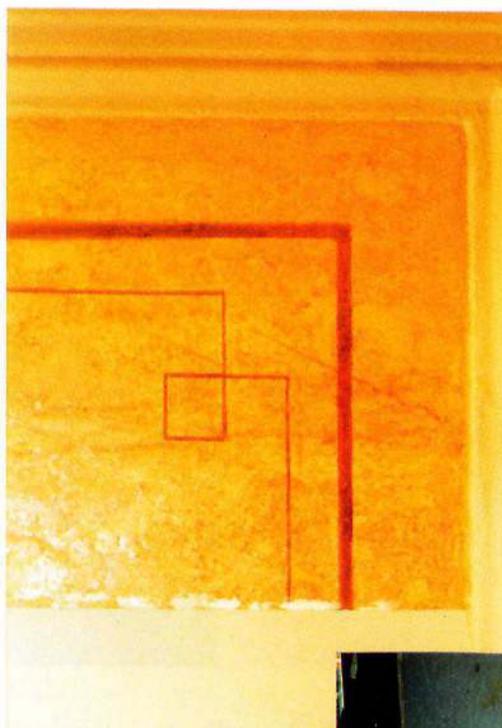
Tanto que eles estão escrevendo sobre isso. Seu trabalho visa transmitir as soluções, originais e ainda inéditas em nosso continente, encontradas para a consecução adequada da obra. “Esse

“O salão de sessões hoje é, sem sombra de dúvida, o mais belo espaço do CCJF...”

prédio poderá funcionar como se fosse novo por ainda mais uns cem anos” brinca José Carlos. Mas a brincadeira é séria: toda a fundação foi refeita e reforçada. O lençol freático foi rebaixado com técnicas modernas. A cobertura importou tecnologia italiana na utilização de um material inédito, o Isotec. Esse material, ao mesmo tempo em que atua como isolante térmico, permite a iluminação natural, e é ultra-resistente às infiltrações, “o grande fator de deterioração dos prédios antigos”, segundo José Carlos Barbosa.

Além disso, todo o CCJF renasce aparelhado com o que há de mais recente em refrigeração, instalações elétricas, telefonia, água etc... Sempre com o cuidado de respeitar as características históricas da construção. Para isso, o acompanhamento e o apoio constantes de técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) foi de suma importância. “Em alguns locais, as características originais estavam completamente perdidas, e eram impossíveis de serem identificadas em meio às sucessivas reformas adaptativas realizadas no prédio ao longo dos anos”, nos conta Mariza.

No telhado, os dois torreões gêmeos retomaram a sua coloração original, acobreada e não esverdeada, como ainda se nota nas torres que encimam o Teatro Municipal e a



Detalhe da pintura original do prédio.



Paredes e colunas antes do processo de restauração

Painéis pintados por Rodolpho Amoêdo danificados com o tempo



Biblioteca Nacional (esverdeadas devido à ação das intempéries). Para isso foi necessário um trabalho completo de substituição das lâminas que o formam, que foram trocadas, uma a uma. A nobre estátua da Justiça no alto do prédio foi também restaurada e devolvida à sua coloração original.

Porém, o grande orgulho da arquiteta foi o resultado obtido na restauração do salão das sessões que encontrava-se em lastimável estado. Completamente desfigurado por infiltrações, rebaixamentos de teto, divisórias, e tantas outras modificações sofridas em sua utilização de 1960 até a interdição do prédio em 1988, devido a sérios problemas de segurança.

O salão de sessões hoje é, sem sombra de dúvida, o mais belo espaço

do CCJF. O assoalho original todo em Peroba e Pau-roxo, as pinturas restauradas de Rodolfo Amoedo, os detalhes em gesso do teto e das paredes, tudo ali ressoa as vozes de Rui Barbosa e de seus contemporâneos.

“Para a refrigeração do salão, criou-se know-how próprio, de maneira que os modernos aparelhos, completamente embutidos na laje, são quase imperceptíveis”, orgulha-se o engenheiro. Os painéis retratando juristas do mundo antigo e moderno foram restaurados, com cuidados, literalmente, cirúrgicos. Bisturis e pequeninos pincéis de acabamento foram os principais instrumentos utilizados.

E como não mencionar o subsolo, antes inexistente, surgido pela

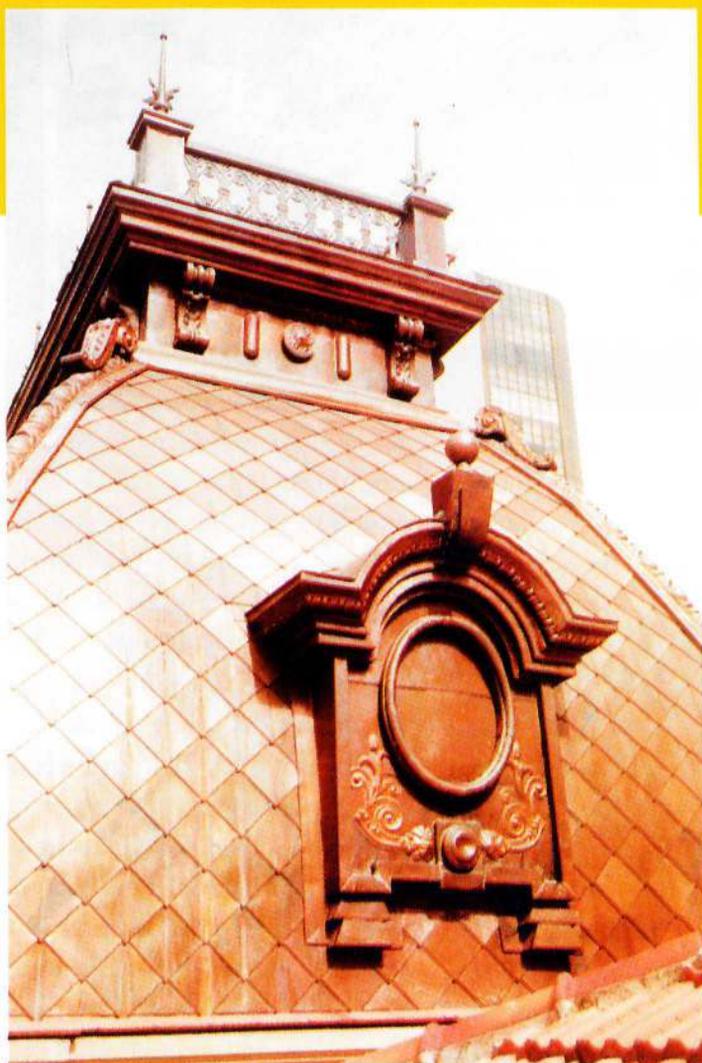
necessidade de se escavar as fundações para reforço do prédio, sem que se pudesse utilizar máquinas. “Foi tudo escavado a pá e picareta, para não abalar a frágil estrutura. Mais de 600 caminhões de terra e pedra foram removidos”. “Decidiu-se, então, pelo alargamento das escavações, de maneira que surgiu um novo espaço no subsolo, com natural vocação para a instalação de camarins para um teatro. Com isso, o auditório, imediatamente acima poderá ser utilizado tanto como um cinema quanto como um teatro,” conta José Carlos.

E prossegue a restauração... Agora, numa etapa mais delicada chamada “Prospecção”. O trabalho consiste na abertura, a bisturi, de pequenas aberturas nas paredes, as

Painéis pintados por Rodolpho Amoêdo
após a restauração

**“ foi tudo escavado a
pá e picareta, para não abalar a frágil
estrutura do prédio.
Mais de 600 caminhões
de terra e pedra foram removidos...”**

janelas de prospecção (ver fotos), a fim de se buscar as pinturas originais do prédio, ou senão as mais valiosas. Em alguns trechos foram abertas “janelas” que revelaram até sete camadas superpostas de diferentes pinturas. É trabalho lento e delicado, mas que, segundo apontam os indícios, poderá trazer à luz verdadeiras raridades pictóricas. Só o tempo dirá... ■



Abertura de janelas de prospecção

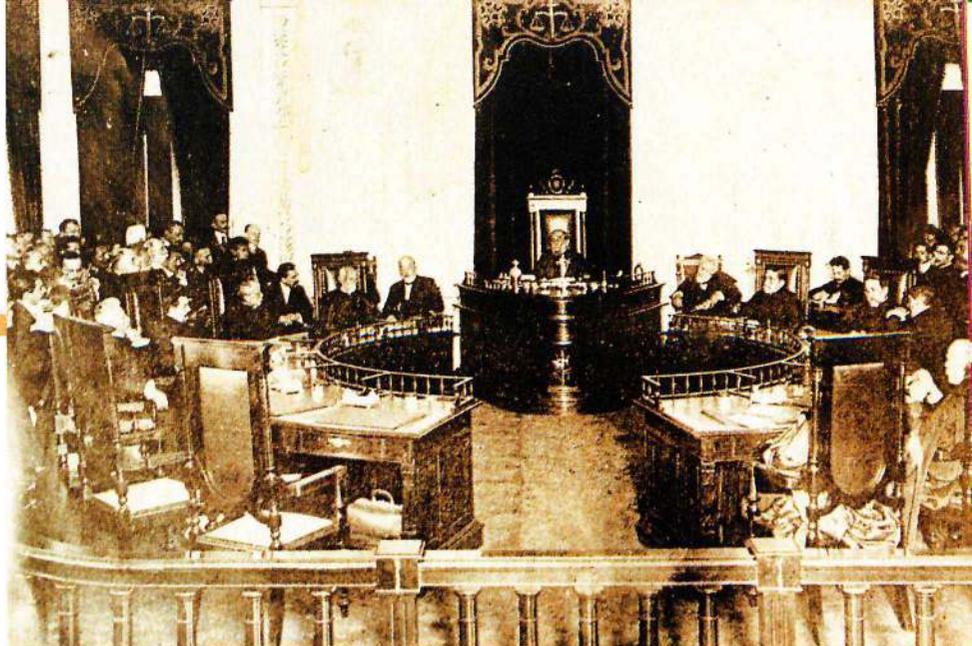
Um dos Torreões do Palácio após o trabalho de restauração

Pequena história da instalação do Supremo Tribunal Federal

*Um
Tribunal
em busca de
sua casa*



*Ministros e Conselheiros
reunidos na Sala de Sessões da
antiga sede - Palácio da Justiça*



Você sabia que o Supremo Tribunal Federal já esteve sediado no local em que hoje se acha o Centro Cultural Banco do Brasil? Pois é, esse foi um dos muitos endereços que abrigaram, no início do século, a mais alta corte da nação, recém-entrada em tempos republicanos.

Sucedendo o Supremo Tribunal de Justiça do Império, o Supremo Tribunal Federal, republicano, foi criado com a edição do decreto 848, de 11 de outubro de 1890, tendo a sua competência, assim como o número de seus ministros, sido estabelecidos pela Constituição de 1891. A sessão extraordinária que instalava o STF aconteceu no dia 28 de fevereiro de 1891, às 13 horas, à rua do Lavradio, no antigo prédio em que antes funcionava a Relação Imperial.

Por não oferecer mínimas condições de funcionamento, como nos conta Leda Boechat Rodrigues (*História do Supremo Tribunal Federal*, v. I, p.8, 2ª ed. Ed. Brasileira), o prédio teve de ser adaptado. Entrementes, o STF, provisoriamente, dividia seu espaço com a Corte de Apelação. Nova mudança tornava-se necessária. Instala-se, então, o STF à rua Primeiro de Março, 42, 1º andar (atual Centro Cultural Banco do Brasil). Desta feita, partilhando o seu espaço com as instalações do Banco do Brasil que lá funcionavam. O prédio, embora

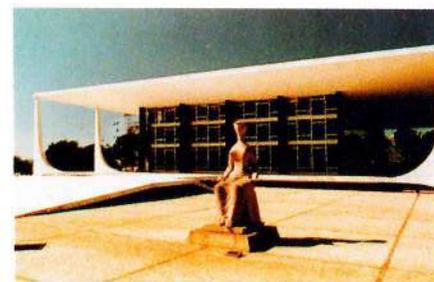
grandioso em seus mármore e granitos, fora expressamente construído para abrigar instalações bancárias, sendo também, por conseguinte, totalmente inadequado para sediar a cúpula do Judiciário do País. Coube, então, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo Affonso Pena, Augusto Tavares Lyra, buscar uma sede própria para o STF.

Corria o ano de 1905, inaugurava-se a Avenida Central (Rio Branco atual), símbolo máximo da modernidade de uma nova era, de um novo século de luzes que começava. O Brasil necessitava afirmar sua importância crescente no cenário internacional. O Rio de Janeiro, capital e portão de entrada do Brasil, passava, portanto, por vigoroso processo de saneamento, reconstrução e embelezamento. Teria de ser ali..., naquela Avenida.

Iniciam-se então, em 1907, longas negociações junto à Mitra Arquiepiscopal, para aquisição do prédio número 241, destinado à sede do Arcebispado e já em grande parte concluído, cuja localização, em local muito agitado, não agradara ao Cardeal Arcoverde, Arcebispo do Rio de

Janeiro. O elevado preço, afinal acordado, em maio de 1907, 838:000\$000, ou seja, oitocentos e trinta e oito contos de réis, provocou acesos comentários da imprensa.

Finalmente, após sofrer as devidas adaptações necessárias à sua nova destinação, levadas a cabo pelo mesmo arquiteto Morales de Los Rios que o projetara, no dia três de abril de 1909, sob a presidência do Ministro PindaHYba de Matos, ali passou a funcionar, condignamente, o Supremo Tribunal Federal. Por longos 51 anos, importante parte da história do país nele se desenrolou. Em 1960, quando um novo surto de modernidade sacode o país, o Supremo Tribunal Federal transfere-se para a nova capital, Brasília. ■



*Foto da atual sede do Supremo
Tribunal Federal - Brasília*



Um acadêmico na Cinelândia

Quem adentrar a Sala de Sessões do Centro Cultural da Justiça Federal, CCJF, ou o Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional ou ainda, o “foyer” do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, ao observar o teto e as paredes, vai se surpreender com belíssimas composições temáticas. Quem seria o autor de tão grandiosas pinturas? O baiano/carioca Rodolpho Amoêdo.

Além de ter sido um dos mais consagrados artistas brasileiros de sua geração, foi também um brilhante professor de pintura e afrescos. Dentre seus inúmeros discípulos destacamos Eliseu Visconti e Cândido Portinari.

Amoêdo foi um dos mais completos professores da Escola Nacional de Belas Artes. Além de ensinar o maior número de técnicas, preocupava-se, ainda, em destacar a importância da conservação e da restauração. Apesar de grande acadêmico, nunca se apresentou comopositor radical das idéias modernas. Em sua produção pictórica, de singular importância foram: o Romantismo, o Realismo Burguês, o Simbolismo e o “Art Nouveau”.

O lugar certo onde nasceu, em 11 de fevereiro de 1857, ainda gera controvérsias; intitulava-se carioca, mas em sua certidão de casamento e no registro de batismo consta ser baiano, nascido na Freguesia de São Pedro, em Salvador, Bahia.

Cedo, já apresentava inclinação para as artes, optando, então, pelo estudo da pintura. Em 1873 entrou para o liceu de Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro, onde já morava. Nessa escola conheceu e foi aluno de Victor Meirelles, Costa Miranda e Souza Lobo. Porém, sua história artística tem início ao ingressar na Escola de Belas Artes, em 1874, quando esta ainda se chamava Academia Imperial das Belas Artes.

Quatro anos mais tarde, Amoêdo se inscreve em concurso da própria Academia, e recebe o primeiro prêmio, uma viagem à Europa. Era fundamental para os artistas, à época, passar algum tempo na Europa, estudando e conhecendo os novos estilos e movimentos.

Aluno notável, Rodolpho vence o concurso com a tela “O Sacrifício de Abel” (hoje incorporada ao patrimônio da Escola Nacional de Belas Artes). Em 15 de maio de 1879 segue para Paris, ingressando na “École Nationale et Speciale des Beaux-Arts”.

A parte mais importante de sua obra se deu durante o estágio na França. Ali, sob a orientação de Alexandre Carbanell, dele absorveu a forma acadêmica, além do amor pela correção do desenho e pela formalização da composição. Puvis e Chavannes, também foram alguns de seus mestres. É provável que, do primeiro, tenha aprendido a difícil arte de pintar

afrescos, já que este artista possuía grande domínio desta técnica.

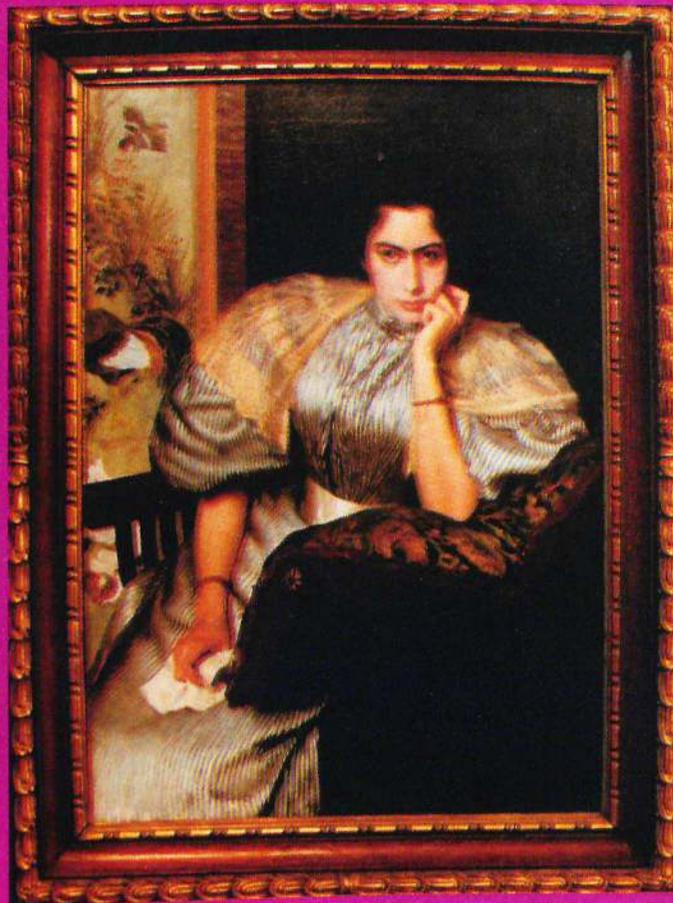
Em 1882, Rodolpho Amoêdo mostra à Europa que não era apenas um estudante mas, já, um grande artista. Sua estréia se dá num dos eventos mais importantes da época: o “Salon des Artistes Français”, com o quadro Marabá, inspirado nos versos de Gonçalves Dias. Na França, até 1887, realizou as obras: *Marabá* (1882); *O Último Tamoio* (1883); *A partida de Jacob* (1884); *A Narração de Filetas* (1887) e *Jesus em Cafarnaum* (1887).

Retorna ao Brasil ao fim de oito anos, sendo nomeado professor honorário da Cadeira de Pintura da Academia Imperial das Belas Artes em 29 de fevereiro de 1888. A partir de 1890 participa de quase todos os salões Nacionais de Belas Artes. Nesse ano, é nomeado, junto com Rodolpho Bernadelli e o Conselheiro Moreira Maia, membro da comissão governamental que iria elaborar a reforma do regulamento da Academia, denominada, a partir de então, Escola Nacional de Belas Artes, situada onde, hoje, se encontra o Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

O Teatro Municipal (RJ), o Palácio do Itamaraty (RJ), o Conselho Municipal (atual Assembléia Legislativa - RJ), o Supremo Tribunal Militar (RJ), o Supremo Tribunal Federal (atual Centro Cultural Justiça



*Estudo da Mulher - 1884
Óleo S/Tela 150 x 200 cm
Museu Nacional de Belas Artes*



*Más Notícias - 1895
Óleo S/Tela 100 x 74 cm
Museu Nacional de Belas Artes*

“ Em 1882, Rodolpho Amoêdo mostra à Europa que não era apenas um estudante mas, já, um grande artista...”

Rodolpho Amoêdo

Federal), o Museu do Ipiranga (SP) e o Teatro José de Alencar (CE), são alguns dos lugares que guardam suas pinturas.

Grande parte dos trabalhos de Rodolpho Amoêdo, que em sua vida artística produziu cerca de 268 obras, pertence ao Museu Nacional de Belas Artes; são 155 obras, entre pinturas, estudos e desenhos. Ao MNBA também pertence também o chamado "Espólio Amoêdo", doado ao museu por sua viúva, mediante ínfima pensão do Governo Federal. Nos seus últimos anos, o artista levava precária vida financeira. O artista faleceu em 1941.

No prédio do CCJF, Amoêdo foi o responsável pelo painel central da Sala de Sessões, com a figura de uma mulher representando a Justiça, e pelos painéis monocromos com as palavras *Jus - Pax - Lex*, obras assinadas e datadas de 1909.

O painel, acima mencionado, é uma das mais belas obras do artista. Nele, a grandeza e a simplicidade se fundem com a suavidade imponente da Justiça. Não há como deixar de se encantar ao olhá-la, tão bela, com seus símbolos, tendo ao fundo um céu tão perfeito. Curioso é que a imagem da Justiça não usa a tradicional venda.

Assim, tão presente no corredor cultural da Cinelândia, torna-se imprescindível uma visita ao Teatro Municipal, à Biblioteca Nacional, ao

Museu Nacional de Belas Artes e ao Centro Cultural Justiça Federal, a fim de brindarmos à memória de tão grande pintor. ■



Painel da sala de sessões, uma das mais belas obras do artista.

O CORAÇÃO



... DE UMA CIDADE

O FASTÍGIO DE UMA ÉPOCA: NASCE A AVENIDA CENTRAL

1910, Avenida Central, inaugurada há cinco anos, constituía a vitrine e o orgulho do Brasil. Porém, em 1903, quando o Presidente Rodrigues Alves anunciou a sua decisão de construí-la, o mundo veio abaixo. A imprensa iniciou pesada campanha contrária à obra. Dizia-se que era uma “utopia” concebida pela imaginação delirante dos governantes e engenheiros “ávidos de glória e de negócios”, como denunciavam os jornais.

Em março de 1904 começou o trabalho de demolir 641 casas, desalojando 3.862 pessoas. Seis meses depois já era possível percorrê-la de “mar a mar”. Em 22 de outubro de 1905 é plantada a primeira árvore de Pau Brasil, e a 15 de novembro do mesmo ano é entregue à população.

Em 1906, com 30 prédios já construídos e outros 85 em construção, tratava-se da maior obra já realizada no país. Em 1909, novas importantes inaugurações aconteciam: Escola Nacional de Belas Artes (atual Museu Nacional de Belas Artes), Teatro Municipal, Biblioteca Nacional e o prédio do Supremo Tribunal Federal.

A mudança do nome para Avenida Rio Branco ocorreu em 1912, em homenagem ao Barão do Rio Branco, pouco depois de sua morte.

PRAÇA FLORIANO, MAS PODE ME CHAMAR DE CINELÂNDIA

A praça foi construída pela prefeitura, enquanto a Companhia Cinematográfica Brasileira de Francisco Serrador e dos irmãos Vivaldi e Ademar Ribeiro levantava os grandes edifícios dotados de cinemas e teatros, que formavam o Bairro Serrador: a Cinelândia de nossos dias.

Surgiram assim os grandes cinemas Odeon, Império, Glória, Pathé e Capitólio. Na rua Álvaro Alvim o teatro Rival alojava-se no edifício do cine Rex, enquanto na esquina com a rua Senador Dantas abria-se o Alhambra. Tratava-se de uma casa com galerias e stands diversos para o comércio, composta também, em sua parte inferior, pelo cine-teatro Oduvaldo Viana, onde foi lançado o filme “Favela de meus amores” com direção do inovador Humberto Mauro, e música de Ari Barroso.

Mas, além dessas características teatrais e cinematográficas, a Cinelândia cumpriria também, sempre, uma inequívoca vocação política. Termômetro do país, até a transferência da capital federal para Brasília. Ainda hoje a Cinelândia ressoa, a nível estadual e municipal, os principais acontecimentos políticos da história do Brasil. ■

A Avenida Central e a Cinelândia



Vista da Cinelândia e do Palácio da Justiça

Foto: acervo do Museu da Imagem e do Som
 pasta cinema - neg. AM 05243 s/d data

Mestre da Fotopublicidade no CCJF

Margareth da Luz

“Chico Albuquerque um Olhar de Mestre”

O Centro Cultural Justiça Federal será oficialmente entregue ao público no dia 4 de abril. Em sua programação de estréia consta, além da exposição “Justiça e Cidadania”, a mostra “Chico Albuquerque um olhar de mestre” uma retrospectiva da vida desse grande fotógrafo cearense, cuja temática reflete a proposta cultural do Centro, ou seja, ser um espaço dedicado à arte nacional e em especial à fotografia.

Chico Albuquerque (1917-2000) foi o pioneiro da fotopublicidade no Brasil, com a campanha para Johnson & Johnson, em 1948, pois até então as campanhas publicitárias utilizavam material fotográfico estrangeiro. A escassez de recursos tecnológicos, na produção nacional, era compensada pela originalidade e ensibibilidade do artista. Anos antes, em 1942, Chico fez as fotografias de cena, chamadas de “still”, para o filme não concluído de Orson Wells “It's All True” (É Tudo Verdade), que seria um documentário sobre os jangadeiros cearenses, filmado na Praia de Mucuripe. As fotos de Chico foram levadas pelo grande cineasta para os Estados Unidos e até hoje se desconhece seu paradeiro. Dez anos mais tarde, aos 35 anos de idade, o fotógrafo retorna à mesma praia para registrar o que havia restado do cenário escolhido por Wells. Seu objetivo era congelar as imagens de Mucuripe na

década de 50, antes do turismo predatório. O resultado desse trabalho é o livro “Mucuripe”, em segunda edição pela Terra e Luz.

A influência de Orson Wells foi decisiva para o trabalho de Chico, foi com ele que percebeu a importância da pré-visualização da cena para a composição da foto. Do convívio com o fotógrafo alemão Rosenbauer, radicado no Rio de Janeiro, absorveu também a valorização do assunto através da luz. Explorando com perfeição a relação entre figura e fundo, destacou-se como

habilidoso retratista de estúdio.

Nos anos 40, em São Paulo, dedicou-se ao Foto Cine Clube Bandeirante. Exibindo seus retratos na vitrine da livraria Jaraguá e no Jornal Estadão acompanhadas dos comentários do cineasta Benedito Duarte penetra no universo da intelectualidade paulistana.

Dedicando-se às campanhas publicitárias, Chico desenvolveu estudos da primeira embalagem do sabão Omo e a propaganda de lançamento do Aerowillys, uma antiga



Chico

e famosa marca de automóvel. A partir de então, tornou-se autoridade na área: assinou quase todas as fotos dos anúncios da época e cerca de 90% das ilustrações brasileiras da revista O Cruzeiro. Fez campanhas para as indústrias Peixe, Celite, Marinex e Kibon, nesta última lançando uma promissora moça de apenas 13 anos que viria a ser tornar uma atriz famosa em todo o Brasil: Regina Duarte.

Chico clicou muitos outros nomes do mundo artístico; no Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) registrou

Cacilda Becker, Cleide Yácones e Tarcísio Meira. Por suas lentes passaram ainda personagens da cena política nacional como Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek e Prestes Maia. Destacam-se ainda em sua vida profissional os anos dedicados à Editora Abril e à agência de publicidade Mauro Salles.

Francisco Albuquerque ganhou medalhas em Frankfurt, Turim, San Sebastián, Buenos Aires e Amsterdam, além de vários prêmios nacionais de Fotografia. Pelo menos 60 mil dos seus

negativos estão no acervo do Museu da Imagem e do Som de São Paulo.

Essa trajetória de sucesso pode ser conferida na exposição "Chico Albuquerque, um olhar de mestre". São mais de 100 imagens ampliadas compreendendo o período de 1939 a 2000. A Mostra, que conta com a curadoria de Patrícia Velloso e coordenação, no Rio de Janeiro, de Ângela Magalhães, foi exibida primeiramente no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza, cidade natal do fotógrafo, e, após sua passagem de três meses pelo Rio, produzida por João Coelho e José Augusto R. Menezes, segue para outras capitais do país.



Justiça e Cidadania

Para marcar a abertura ao público do Centro Cultural Justiça Federal instalado da antiga sede do Supremo Tribunal Federal, na cidade do Rio de Janeiro, uma exposição vem sendo preparada, com o objetivo de fazer referência à trajetória da Justiça Federal no Brasil, destacando dois temas: o papel do Supremo Tribunal e as Constituições brasileiras.

Na verdade, a exposição não pretende uma abordagem complexa ou codificada apenas para o público de especialistas, e sim transformar esses conteúdos numa informação direta, simples, que possibilite a compreensão por parte dos visitantes de um tema aparentemente tão árido e distante.

Na verdade, esse é o desafio de qualquer exposição, ou seja, produzir informações acessíveis, através de recursos lúdicos, interativos, que sirvam para despertar o desejo de conhecer mais sobre o assunto tratado, de instigar o visitante a procurar suas próprias respostas para as questões apresentadas. A exposição serve como mediação do conhecimento, tendo o público um papel ativo e não passivo; uma exposição é o início de um debate, e não seu fim, sua conclusão.

Para abordar um tema tão complexo quanto Justiça e Cidadania, título da mostra, a exposição propõe um passeio por vários momentos na História onde as sociedades

organizadas buscaram implantar sistemas de ordem social, regulando, ao mesmo tempo, a vida dos indivíduos e os compromissos dos governos. Vamos encontrar tais preocupações no Código de Hammurabi, produzido provavelmente entre 1792 e 1750 a.C., na Antiguidade Clássica, no Alcorão (620 d.C.) ou na Magna Carta (1215), dentre outros: "Quando o deus Marduk encarregou-me de fazer justiça aos povos, de ensinar o bom caminho ao país, eu estabeleci a verdade e o direito na linguagem do país, eu promovi o bem-estar do povo" (Código de Hammurabi); "(o homem é) superior às mulheres por causa das qualidades pelas quais Deus elevou aqueles acima destas e porque os homens empregam os seus bens em dotar as mulheres" (Alcorão); "Ninguém poderá ser detido, preso ou despojado de seus bens, costumes e liberdades, senão em virtude de julgamento de seus pares, segundo as leis do país. (Carta Magna).

No Iluminismo, essa preocupação ganhou revelo, nos

pensamentos de Rousseau e de Montesquieu, este último em seu trabalho *Do espírito das leis*, escrito em 1748. Essa viagem no tempo nos possibilita, ainda que não sejamos especialistas no tema, identificar questões paradigmáticas, que sempre fizeram parte das preocupações do Homem na busca de uma sociedade ideal, onde a Justiça exerceria papel de destaque: "Para a garantia dos direitos do homem e do cidadão, é necessário uma força pública; esta força é, assim, instituída em benefício de todos e não para a utilidade particular daqueles a quem está confiada" (Declaração do Homem e do Cidadão, 1789).

Podemos verificar, também, que a questão do controle da constitucionalidade passou a ocupar espaço nas discussões sobre Justiça desde o início do século XIX, tema que teria levado à criação do próprio Supremo Tribunal Federal no Brasil, em 1890. A preocupação com o controle do poder já estava contida numa frase axiomática de Montesquieu de meados



“ a exposição propõe um passeio por vários momentos da História ... ”

do século XVIII : "... é uma experiência eterna que todo homem que tem poder é levado a abusar dele. Vai até encontrar os limites. Quem diria! A própria virtude precisa de limites. Para que não possam abusar do poder, precisa que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder. Um constituição pode ser tal que ninguém seja forçado a fazer as coisas que a lei não obrigue, e a não fazer as coisas que a lei permita" (*Do Espírito das Leis*).

Nas sociedades modernas, as Constituições representam uma conquista na busca da afirmação do Estado de Direito e fazem parte da vida dos cidadãos. Mas nem sempre elas servem para esse propósito; se no seu princípio as constituições escritas foram um poderoso instrumento revolucionário, marcando um processo de renovação de instituições sociais arcaicas ou superadas, com o correr do tempo, porém, passaram a visar, em muitos momentos da história contemporânea, ao fim oposto, impedindo e cerceando, mediante

normas contenedoras, a transformação das instituições sociais. Visam, em suma a opor-se às realidades nacionais e não a ajustar-se a elas.

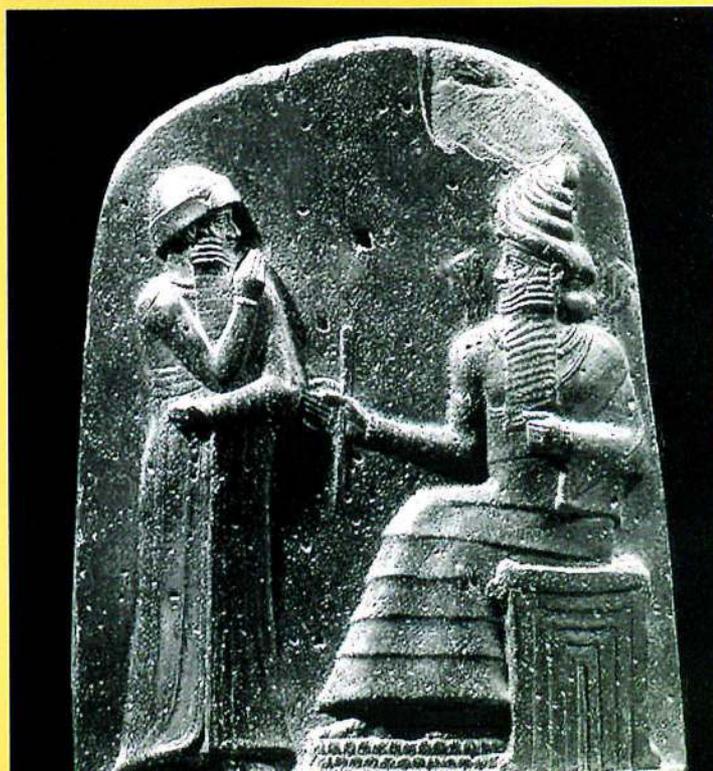
Mas falar de Justiça e Cidadania sem mostrar ao visitante que nada teria valor sem uma função social clara, pois as leis tornariam-se "letras mortas", requer uma preocupação, especial no que tange à museografia da mostra. Na sala referente às Constituições brasileiras o visitante será surpreendido com imagens variadas, retratando o próprio povo brasileiro, em sua diversidade cultural, com seus ambientes sociais distintos, mas pertencendo a uma mesmo país, uma mesma nação. Afinal, "todo poder emana do povo".

Convidada para organizar a mostra, cuja curadoria é do Centro

Cultural Justiça Federal, a Mais Garrida Produções Culturais reuniu especialistas na área de Museologia, Museografia, Direito e Programação Visual, que têm como missão traduzir para a linguagem das exposições todo esse rico panorama, presente em quase três mil anos de história. Ao tratar da "Justiça e Cidadania", a Mais Garrida procura, nessa oportunidade, trazer algumas experiências museográficas e conceituais, com o objetivo de celebrar a inauguração do Centro Cultural e propor novos canais de reflexão no âmbito das exposições.

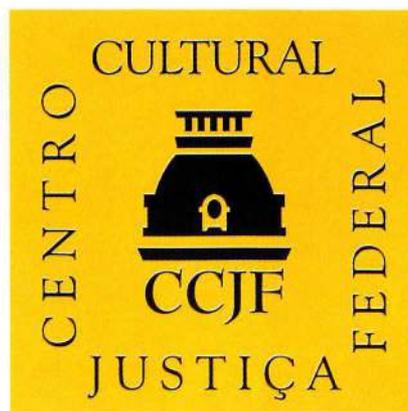
Exposição "Justiça e Cidadania"
Centro Cultural da Justiça Federal
Av. Rio Branco, 241
Abertura: 4 de abril de 2001, 18:00h
De terça a domingo

Parte do
Código de Hammurabi





procurando
cultura?



Visite o CCJF

Av. Rio Branco, nº241
Centro - RJ - Brasil Cep. 20.040-009
Tel.: 21- 510 8849 / 510 8848

*Abertura de pauta para 2002 - de 2 de maio a 28 de julho de 2001
Aguardamos seu projeto.*

Patrocínio:

